

CONECTORES CORRELATIVOS EM CONTEXTOS DE ORALIDADE: PRODUTIVIDADE FUNCIONAL VIA GRAMATICALIZAÇÃO

CORRELATIVE CONNECTORS IN ORALITY CONTEXTS: FUNCTIONAL PRODUCTIVITY THROUGH GRAMMATICALIZATION

Raissa Goncalves de Andrade Moreira¹
Camilo Rosa Silva²

RESUMO: Este artigo recorta dados de uma pesquisa mais ampla que investiga conectores correlativos, destacando evidências de que a correlação se trata de um processo sintático e discursivo distinto da dicotomia tradicional: coordenação/subordinação. Os dados em análise são oriundos da modalidade de língua falada, coletados no *corpus* D&G da cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Cotejamos o tratamento que representantes da gramática tradicional destinam ao tema com análises mais recentes, desenvolvidas por pesquisadores filiados a abordagens da linguística funcionalista. Para explicar, a partir dessa ótica, a constituição dos processos de formação dos pares correlativos, aplicamos os princípios de gramaticalização de Hopper (1991). Por conclusão, constatamos a produtividade de novos pares ou a transformação de pares já consolidados pelos usos e defendemos que a correlação é um fenômeno em emergência.

PALAVRAS-CHAVE: Correlação. Gramaticalização. Conectores correlativos.

ABSTRACT: This paper consists of a section from a broader research, which investigates correlative connectors, looking for evidence that the correlation is about a syntactic and discursive process distinct from the traditional dichotomy: coordination / subordination. The data under analysis comes from the spoken language modality, collected in the D&G *corpus* in the city of Natal, Rio Grande do Norte. We oppose the treatment that representatives of traditional grammar address to the theme with more recent analyzes developed by researchers affiliated with functionalist linguistic approaches. To explain, from a functionalist optics, the constitution of the formation processes of correlative peers, we apply principles of grammaticalization of Hopper (1991). For conclusion, we defend that the correlation is a phenomenon in emergence, noting the productivity of new peers or the transformation of peers already consolidated by uses.

KEYWORDS: Correlation. Grammaticalization. Correlative connectors.

Introdução

¹ Mestre e doutoranda em linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: raissamoreira28@gmail.com.

² Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba com Pós-Doutorado em Letras na Universidade Federal de São Paulo. Professor titular da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: camilorosa@gmail.com.

O tema deste trabalho, a correlação, eventualmente desperta a atenção de estudiosos da área de sintaxe. A presente discussão é recortada de uma pesquisa mais ampla que investiga conectores correlativos, aderindo ao coro dos estudiosos defensores de que a correlação se trata de um processo sintática e discursivamente distinto tanto da coordenação quanto da subordinação.

Os dados que ilustram a reflexão são oriundos da modalidade de língua falada, coletados no *corpus* D&G da cidade de Natal, Rio Grande do Norte (FURTADO DA CUNHA, 1998)³. A despeito da ocorrência da correlação em dados de escrita, optamos por restringir esta reflexão à amostra de oralidade, considerando a maior produtividade⁴ dos referidos conectores nessa modalidade de uso da língua.

Embora o problema da correlação seja observado por alguns gramáticos tradicionais (MELO, 1968; LUFT, 2000), na medida em que reconhecem as especificidades que o configuram, ele não é contemplado a contento nas descrições que tais autores realizam, uma vez que se restringem ao enquadramento de enunciados correlatos inseridos ora em processos de coordenação, ora de subordinação. Além disso, as abordagens de cunho essencialmente prescritivistas reproduzem os modelos já padronizados desse tipo de estruturação sintática, fato que pode estar relacionado à decisão da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que optou por não cancelar a correlação como um terceiro processo de articulação de orações, embora à época de sua publicação, em 1959, essa questão já estivesse posta.

Por outro lado, pesquisadores funcionalistas, a exemplo de Rodrigues (2007), Módolo (2008), Castilho (2010) e Rosário (2012), ampliam a investigação sobre a correlação e trazem contribuições relevantes para a apreensão e descrição do fenômeno.

Nosso objetivo principal, neste artigo, é trazer à tona essa discussão, arrolando especificidades do processo da correlação, observadas em dados de língua oral. Para tanto, apontamos a emergência de usos que atestam a manifestação dos princípios de gramaticalização formulados por Hopper (1991), especialmente, a estratificação, a persistência e a divergência, verificados na dinâmica de uso dos conectores correlativos. Acreditamos que, por essa via de análise, podemos flagrar o caráter adaptativo da língua (DU BOIS, 1985) que possibilita ao

³ O *corpus* abarca cinco diferentes gêneros de textos orais transcritos: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião, bem como seus correspondentes na modalidade escrita, redigida pelos próprios entrevistados após suas declarações orais. Desta forma, os participantes produziram cinco textos na modalidade falada e os mesmos cinco na escrita, totalizando um número de 10 produções textuais por informante, estratificados equitativamente em relação a sexo e escolaridade.

⁴ A produtividade aqui está relacionada à ideia de frequência de tipo, correspondendo à recorrência de itens de um *corpus* que apresentam um determinado padrão.

usuário alterar padrões linguísticos já cristalizados. Além disso, refletimos sobre a correlação como estratégia constitutiva de um processo autônomo de articulação de orações. (RODRIGUES, 2007; ROSÁRIO, 2012)

A condução da análise é funcionalista, convergindo à concepção de que a gramática é organizada por um conjunto de regras observáveis nos usos e diretamente relacionadas à noção de discurso. Dessa maneira, os itens e construções linguísticas são passíveis à mudança e afetados pelos contextos de interação. Hopper (1987) denominou esse carácter dinâmico da língua de *gramática emergente*, explicando que tal processo é constante, gradual e dirigido pelo discurso. Nesse cenário teórico, dentre os vários processos de mudança linguística, a gramaticalização guarda lugar como responsável por mudanças que atingem as diversas línguas.

Visando atingir nosso propósito, estruturamos este texto em três seções: na primeira, discutimos questões básicas relacionadas às estruturas correlatas, tanto na visão da gramática tradicional, como na perspectiva funcionalista. Na segunda seção, recuperamos algumas discussões acerca da gramaticalização, mas nos fixamos nos princípios elencados por Hopper (1991). Na sequência, desenvolvemos a discussão a partir de dados que apontam singularidades do processo de correlação em registros da língua falada. A essa seção, seguem as considerações finais.

A correlação como procedimento sintático?

A NGB não menciona o processo da correlação como procedimento sintático⁵. Nesse documento, a correlação é considerada um recurso retórico que se acomoda tanto à coordenação quanto à subordinação. Preso a essa perspectiva, o estudo tradicional das sentenças complexas se encontra, nas gramáticas, na parte do período composto, restrito ao escopo desses dois processos.

Para a classificação do chamado período composto, é levado em conta o grau de dependência sintática observado entre as partes que o compõem. Desse modo, orações coordenadas são “aquelas que, no período, não exercem função sintática umas em relação às outras, isto é, são orações independentes” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 391). Já as orações

⁵ Bechara (1988) corrobora esse entendimento, ao se reportar a José Oiticica para esclarecer que, ao contrário deste autor, não considera a correlação e a justaposição como dois outros processos de combinação oracional que se somam à coordenação e à subordinação, pois, enquanto estes dois últimos são conceitos associados às noções de dependência ou independência sintática, os primeiros dizem respeito ao modo como essas orações (coordenadas e subordinadas) se ligam. De acordo com o autor, “as conjunções coordenativas e subordinativas se podem apresentar, na expressão de nossas ideias, *simples* e *enfáticas* ou *correlatas*” (BECHARA, 1988, p. 105 – grifos do autor). Ou seja, a correlação é abordada como um mecanismo de ênfase.

subordinadas são as que, “ao contrário das orações coordenadas e intercaladas, exercem alguma função sintática em relação à outra” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 392). A respeito do grau autonomia/dependência dessas orações, Luft (2000, p. 45) afirma que “o período composto pode ser estruturado de dois modos, conforme a natureza das orações que o compõem: a) apenas com orações independentes, b) com oração principal e oração(es) subordinada(s)”.

Já para Azeredo (2002, p. 155), além da coordenação e da subordinação, há um terceiro tipo de procedimento sintático: a justaposição. Para o autor, “dois ou mais constituintes do enunciado se dizem unidos por justaposição quando não há qualquer marca formal – concordância, palavras gramaticais – dessa união. As palavras gramaticais que servem de instrumento a estes processos são os conectivos”.

Azeredo (2002, p.118) chama a atenção para a coordenação correlativa e explica que esse processo se realiza por meio dos pares *ou... ou, ora... ora, quer... quer, não... nem* — que exprimem disjunção; *não só... mas também, não só... senão também, não apenas... mas ainda, tanto... como* — que exprimem união; *senão... ao menos, não... mas, mas... não* — que exprimem preferência/compensação. Como podemos perceber, embora admita a existência de um terceiro mecanismo de combinação oracional – a justaposição -, o autor acomoda a correlação no âmbito da coordenação. Em sua obra intitulada Gramática Houaiss, Azeredo (2014, p. 302) trata esses conectores de valor aditivo como “adjuntos conjuntivos” e os mantém na classe dos coordenativos. Vale destacar que o autor não concebe a correlação como um processo sintático, mas um “expediente retórico, de rendimento enfático no discurso”, constituindo-se em um processo muito presente na linguagem argumentativa (AZEREDO, 2014, p. 351).

Uma breve referência aos pares correlativos é feita por Bechara (2009, p.473), quando trata das subordinadas comparativas e consecutivas, que, segundo ele, não são adverbiais propriamente ditas, pois “guardam uma certa analogia com as adjetivas porque dependem de um antecedente, de natureza quantificadora ou de unidade quantificada (adjetivo ou advérbio) e só mantém relação direta com o núcleo verbal da oração junto com seu antecedente”.

No entanto, estudos mais recentes, como veremos a seguir, vêm sugerindo e, por vezes, comprovando, que as classificações apresentadas pela chamada tradição gramatical apresentam flutuações e inconsistências, principalmente, no que diz respeito à relação de (in)dependência estabelecida entre as partes constitutivas dos chamados períodos compostos.

É importante ressaltar, como já demos a entender, que o conjunto das especificidades inerentes ao tema da correlação não é de todo negligenciado na abordagem tradicional. Melo

(1968), por exemplo, entende o referido arranjo como autônomo em relação aos outros dois processos, conforme podemos conferir na seguinte passagem:

Para nós a correlação é um processo sintático irreduzível a qualquer dos outros dois, um processo complexo, em que há, de certo modo, interdependência. Nele, dá-se a intensificação de um dos membros da frase, intensificação que pede um termo, muitas vezes ocorre como que uma retenção para um salto, a que se segue o salto. (MELO, 1968, p. 152)

O autor considera a correlação como exterior à coordenação e à subordinação, tratando-se de um processo complexo em que há a intensificação de um dos elementos do enunciado. Embora essas anotações estejam em Melo (1968), a temática não é aprofundada, o que pode ser compreendido ao se levar em conta o contexto de produção dessa gramática em consonância com a NGB.

Em suma, quando contemplado nas abordagens tradicionais, o tema da correlação é discutido rápida e indiretamente, como ocorre em Cunha (1990), Cunha & Cintra (1985), Rocha Lima (1998), Luft (2000) e Kury (2002); ou o é em comentários que apontam tipos específicos de correlação: aditivas, comparativas, consecutivas, proporcionais, mencionados por Luft (2000) e Kury (2002), sem que se especifique a correlação como um processo autônomo em relação à coordenação e à subordinação. (RODRIGUES, 2007)

Por outro lado, entre pesquisadores ocupados com a descrição e análise da língua a partir das situações de uso, observamos uma tendência à defesa da correlação como um terceiro tipo de organização sintática, que não se restringe ao vínculo entre orações, posto que contempla, também, construções não-oracionais.

Nesse contexto, Rodrigues (2007) considera a correlação como um processo que se distingue dos dois outros processos por ser marcado pela interdependência. A descrição que a autora faz leva em conta fatores que se impõem como avanços em relação às descrições conservadoras:

- a correlação apresenta conjunções que vêm aos pares, cada elemento do par em uma oração;
- no período composto por correlação, as orações não podem ter sua ordem invertida, isto é, não apresentam a mobilidade posicional típica das subordinadas adverbiais;
- as correlatas não podem ser consideradas parte integrante de outra, como ocorre com as substantivas e as adjetivas. (RODRIGUES, 2007, p. 232-233).

Sem desprezar a abordagem tradicional, mas apoiada na visão de estudiosos de perspectivas teóricas baseadas no uso, a autora propõe que a correlação, em português, seja subdividida em correlação aditiva, correlação alternativa, correlação comparativa, correlação proporcional e correlação consecutiva. (RODRIGUES, 2007)

Já Castilho (1988) defende que as sentenças complexas envolvem três diferentes tipos de relação, quais sejam: (I) estruturas independentes ou coordenadas; (II) estruturas

dependentes ou subordinadas; (III) estruturas interdependentes ou correlatas. Como visto, a correlação, nessa perspectiva, é articulada num processo de interdependência, o que faz com que constitua um terceiro tipo de encadeamento sintático, ao lado da coordenação – calcada em estruturas independentes – e da subordinação, constituída por relações de dependência.

Compartilhando essa compreensão e com o olhar influenciado pela teoria funcionalista de análise dos fenômenos da língua, Rosário e Rodrigues (2017, p. 44) definem a correlação nos seguintes termos:

O processo de composição do período em que existe interdependência das orações. Caracteriza-se por suas orações ligarem-se por meio de dois conectivos e manifestarem intensificação, realce, ênfase. A primeira oração depende da segunda, assim como a segunda depende da primeira, motivo pelo qual não há oração principal no período composto por correlação, já que ambas as orações são correlatas.

Esse ponto de vista desmonta a possibilidade de que estruturas vinculadas por conectores correlativos se articulem em relação de dependência a uma matriz, destacando-se a existência de relações de interdependência que impediriam de considerar ocorrência de subordinação pura e simples para os casos em que se codifica a correlação.

A apreensão do problema por essa perspectiva já ecoa em Módolo (2005), quando ele avalia a reação dos estudiosos que não veem consistência na divisão tipológica dual em coordenação e subordinação para classificar todas as sentenças complexas. O autor explica que isso pode ser pontualmente observado na confusão que se estabelece entre as orações coordenadas explicativas e as subordinadas causais. Esse ruído também ocorre na classificação dos pares correlativos, que são tradicionalmente alocados tanto entre as orações coordenadas como entre as subordinadas. Para justificar esse pensamento, o referido autor recorre aos seguintes exemplos: a) Erasmo *não só* chegou *como também* tomou café. b) Erasmo tomou o café *tão* depressa *que* engasgou. (MÓDOLO, 2005, p. 3)

Módolo (2005) defende que, nesse caso, as orações (a) e (b) não podem ser consideradas nem coordenadas nem subordinadas e sugere a existência de um *continuum* que acomodaria a correlação entre a parataxe e a hipotaxe, numa classificação inspirada em abordagens funcionalistas (LEHMANN, 1988; HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Assim, a correlação poderia ser entendida como uma etapa que dividiria “propriedades ora com as coordenadas e ora com as subordinadas” (MÓDOLO, 2012, p. 447). Ao buscar refinar sua descrição, o autor afirma que a composição das estruturas correlatas pode suceder-se de duas formas:

a) correlatas espelhadas (formadas por espelhamento, por repetição do mesmo elemento conectivo, como no caso das correlatas alternativas e alguns tipos de comparativas de igualdade): *ou... ou, seja... seja, ora... ora, quer... quer, tanto... tanto, assim... assim, qual... qual, quem... quem, tal... tal, quanto... quanto, já... já, nem... nem*; b) correlatas não espelhadas (em que os elementos conectivos são diferentes, como no caso das correlatas aditivas, consecutivas, proporcionais, hipotéticas,

equiparativas, diferenciativas e algumas comparativas). (MÓDOLO, 2005, p. 1, grifos do autor).

Ainda segundo Módolo (2008), a estrutura das duas sentenças que se correlacionam está estreitamente vinculada por expressões conectivas. Desse modo, a correlação apresenta uma relação simultânea entre as partes, em que o processo de redobrimento sintático está na base de sua gramaticalização.

Como podemos observar, nas diversas abordagens que contemplam a correlação, a questão mais saliente diz respeito às discrepâncias que envolvem o compartilhamento de traços com as noções de coordenação e subordinação corroborando a inconsistência de uma classificação que simplesmente acomode o referido processo em uma dessas tipologias.

Além disso, como explica Castilho (2010), há uma precariedade na distinção entre as concepções de coordenação e subordinação, uma vez que são tênues, por exemplo, as relações entre coordenadas explicativas e subordinadas causais, entre coordenadas adversativas e subordinadas concessivas, entre sentenças gerundiais adjetivas e adverbiais etc. Nas palavras do autor: “pesquisas sobre a modalidade falada trouxeram evidências adicionais sobre a precariedade da linha que separa a coordenação e a subordinação” (2010, p.385). Em se tratando das correlatas, Castilho (2010) também as vincula ao estatuto de um terceiro tipo de relações intersentenciais.

O fenômeno, nessa perspectiva, é tratado como um processo de redobrimento sintático que estaria na base da gramaticalização das conjunções correlatas. Castilho (2010, p. 387) explica que esse processo consiste na ocorrência de um segmento X a que corresponde obrigatoriamente um segmento Y. Nessa perspectiva, o autor informa que “os efeitos de redobrimento sintático estão por toda parte na gramática do português, porém nem sempre nos damos conta que estamos diante de um mesmo fenômeno.”

A partir dessa caracterização, evidencia-se que a correlação ocorre por meio do redobrimento dos conectores ou de sua segmentação, quando não ocorre espelhamento. A estrutura que está na primeira parte do enunciado depende do elemento que está na segunda parte, e vice-versa, de tal modo que a dependência sintática que se estabelece entre as formas conectivas é também verificável na correlação de sentidos entre as partes formativas do enunciado.

Não deixa de ser surpreendente que Castilho (2010) recorra à posição defendida por Oiticica (1952), para quem as relações de coordenação e de subordinação não captam todas as possibilidades de relacionamento intra ou intersentencial. Ou seja, o problema é percebido mesmo por gramáticos mais remotos, sem que a descrição tenha avançado em direção a um tratamento mais esclarecedor ou mais consistente acerca do tema. De fato, se pode encontrar

em Oiticica (1952, p.13) que a correlação constitui um processo de composição do período que “[...] sempre andou confundido com o da subordinação em todas as gramáticas brasileiras ou estrangeiras”.

Após esse brevíário, no qual tentamos situar o problema a partir de amostras do tratamento mais tradicional e de diálogos com autores funcionalistas, como Módolo, Castilho, Rosário e Rodrigues, na próxima seção, abordaremos a gramaticalização de conectores para tentarmos situar os pares correlativos nos processos de emergência linguística.

Princípios de gramaticalização

Uma das observações geralmente postas nos estudos filiados ao Funcionalismo Linguístico refere-se ao fato de que uma gramática funcionalista se aplica às diversas línguas e aos diversos tipos de línguas, pois nelas se equilibram o geral e o particular. Nesse sentido, a gramática, especialmente para a perspectiva teórica denominada Linguística Funcional Norte-Americana, deve ser olhada como produto sujeito a instabilidades ou, ainda, como um sistema de regularidades decorrentes das pressões de uso, que estão ligadas a necessidades comunicativas e pragmáticas. É assentada nessa concepção que se manifesta a chamada *gramática emergente*.

O uso desse termo na área dos estudos da linguagem foi introduzido por Hopper (1987) para referir-se a uma gramática que está continuamente se constituindo, uma vez que, conforme o uso, novas estruturas gramaticais se desenvolvem. Assim, em decorrência das condições contextuais, a estrutura da gramática é instável, sujeita a pressões internas e externas, num dinamismo que nunca cessa. Nesse sentido, a gramática redefinida por Hopper (1987) é amparada nos usos e corresponde a uma organização cognitiva que está relacionada com as experiências discursivas individuais do falante. O linguista explica que, quando o sujeito fala, aciona cognitivamente um conjunto de experiências interacionais passadas. Fica evidente, portanto, que essa concepção se opõe à perspectiva de gramática como sistema abstrato e unificado de regras e princípios.

No ponto de vista assumido por Hopper (1991), o falante faz emergir formas gramaticais novas a partir de material linguístico já disponível. Nesse ambiente teórico, portanto, o processo de gramaticalização implica na codificação dos usos funcionais da língua para atender as necessidades comunicativas dos falantes, estando diretamente relacionado com os componentes contextuais que envolvem a interação.

Para Hopper (1991), existem cinco princípios relacionados a processos de mudança por gramaticalização, tomada na concepção de percurso de um papel lexical para um gramatical ou,

se já gramatical, para outro mais gramatical ainda. São os seguintes os princípios: estratificação, divergência, especialização, persistência e decategorização.

A *estratificação* ocorre porque a gramaticalização gera novos itens, que desempenham funções nas quais coexistem e competem com as formas antigas. Sendo assim, no transcorrer do tempo, formas que exercem uma mesma função, no mesmo contexto, convivem no repertório das comunidades, a despeito de uma tendência à eliminação de formas concorrentes. Já o princípio da *divergência* refere-se à permanência do item na função original, mantendo-se de modo autônomo ao lado da forma gramaticalizada, embora divirjam funcionalmente. Quanto ao princípio da *especialização*, ele tem a ver com a frequência de uso. A recorrência em determinados contextos faz o item se especializar no desempenho de uma determinada função semântica ou discursiva, vencendo a concorrência e assumindo a preferência do usuário para a codificação de conteúdos contextualmente específicos. Por sua vez, pelo princípio da *persistência*, observa-se que algum traço da palavra-fonte pode se manifestar em uso inovador na língua, ou seja, traços semânticos, sintáticos ou discursivos da forma-fonte podem ser identificados também no uso mais gramaticalizado. Por fim, quanto ao princípio da *decategorização*, os itens perdem os traços da categoria em que eram reconhecidos originalmente. Por exemplo, formas plenas, como nomes e verbos, perdem sua flexibilidade morfossintática e passam a exercer funções típicas das formas menos autônomas.

Como é dado a entender, esses princípios não são excludentes entre si. Tampouco, há dependência de manifestação de um em relação a outro. O fato é que, nos dados analisados neste trabalho, podemos apontar com alguma nitidez a potencial ocorrência dos princípios da estratificação, da divergência e da persistência, conforme tentaremos evidenciar adiante.

O que não se pode negar, considerando os cinco princípios elencados por Hopper (1991), é que eles confirmam o caráter gradual do processo de mudança, uma vez que conferem aos elementos analisados o grau de “mais” ou “menos” gramaticalizados. Portanto, a preocupação não é se eles pertencem definitivamente à gramática, ou seja, esses princípios não discriminam os processos de mudança que resultam em gramaticalização e os que não resultam.

Na próxima seção, apresentamos dados da pesquisa para a discussão e relacionamos os processos emergentes à manifestação desses princípios.

Os pares correlativos em situação de uso

Nesta seção, discutimos o processo de gramaticalização em alguns pares de conectores correlativos. Conforme já informado na introdução, este trabalho é um recorte de uma pesquisa mais ampla, de modo que, embora não constitua objetivo do presente texto, julgamos necessário

apresentar um panorama da frequência de uso, uma vez que esta é fator relevante para a concretização dos processos de mudança linguística. No *corpus*, quantificamos 131 ocorrências de pares correlativos, classificados em alternativos, comparativos, aditivos e consecutivos.

A tabela 1, a seguir, apresenta a quantificação das ocorrências dos referidos pares, verificados no *corpus* D&G (Natal) tanto na modalidade falada quanto na modalidade escrita. Como descreve a tabela, dentre os quatro tipos de correlativos, aqui catalogados a partir do seu valor semântico, destacam-se as estruturas alternativas como as mais produtivas, seguidas, em ordem decrescente de frequência, das comparativas, das aditivas e das consecutivas.

Tabela 1: Quantificação dos tipos de correlação

TIPO DE CORRELAÇÃO	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	%
alternativas	66	50,4%
comparativas	43	32,8%
aditivas	16	12,2%
consecutivas	06	4,6%
TOTAL	131	100%

Fonte: os autores

Ao restringirmos a quantificação às ocorrências de correlação na modalidade de língua oral, que é o recorte que nos interessa aqui, chegamos aos resultados expostos na tabela 2:

Tabela 2: Quantificação dos tipos de correlação na língua oral

TIPO DE CORRELAÇÃO	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	%
alternativas	62	54,87%
comparativas	40	35,40%
aditivas	07	6,20%
consecutivas	05	3,53%
TOTAL	114	100%

Fonte: os autores

Como podemos observar na tabela 2, a gradação quantitativa dos pares correlativos presentes no recorte específico de língua oral repete a sequência decrescente da quantificação geral que considera as duas modalidades: escrita e fala. Os excertos de (1) a (4) ilustram cada tipo de correlativa conforme sequência mencionada: alternativas, comparativas, aditivas e consecutivas.

(1) [...] a hora do intervalo ... a gente fica sentado ... conversando ... *ou* conversando *ou* se tiver dinheiro pra lanchar ... lancha ... também se num tiver ... bem ... e pra ... como é:: quando o pessoal leva lanche né ... o colégio ... a turma fica reunida no colégio ... aí quando o pessoal leva lanche ... todo mundo lancha... (GF17/D&G/:155 – língua falada).

(2) [...] veja só ... o ensino público é muito mais escolas ... então há uma:: uma cultura e tudo ... então ... você tem que formar primeiro a base para melhorar estado ... município ... e:: instituto federal ... escolas federais ... então ... é:: você vai melhorando isso aí ... aí só assim vai melhorando as médias ... mas em todo caso tem muito *mais* escola pública *do que* particular ... (D&G – língua falada).

(3) [...] aí a gente não é ... num obedecia né ... ao ... ao toque de alerta pra todo mundo ir fazer suas obrigações ... aí ele colocava lá o:: som né ... um corinho ... bem acelerado que a gente num tinha condições de ficar mais deitada né ... a gente se levantava né ... cada um tinha hora também determinada pra ir ao banheiro ... né ... fazer suas necessidades ... depois ... não tomava café ... a gente ia logo fazer o culto doméstico ... né ... de manhã ... então nesse ... nessa consagração pela manhã ... *não só* eu senti *como* todo mundo sentiu ... a gente tava lá ... e era um amor tão grande ... (D&G – língua falada).

(4) [...] é ... caneta *tão* chique *que* num sabe nem escrever direito... (D&G – Língua falada).

Retomando os princípios sistematizados por Hopper (1991), tentamos evidenciar como três deles se manifestam nos dados do *corpus*: os princípios da divergência, da persistência e da estratificação.

Conforme anotado em seção anterior, o *princípio da divergência* entrevê a permanência em uso de um item que, ao mesmo tempo, se mantém como forma-fonte, preservando seu sentido original e coexistindo com formas derivadas, as quais podem passar a exercer funções inovadoras. Para ilustrar esse princípio, recorreremos à seguinte ocorrência:

(5) [...] e... de vez em quando ... a gente se depara com grupo saindo de dentro de uma duna daquela e ... se encaminhando ao asfalto ... às passarelas de acesso pra corrida pra bicicleta ... e o importante nesse ... nesses encontros é... *quer* cumprimentasse as pessoas *quer* ... passasse normal. (D&G – língua falada).

O par *quer... quer* funciona como conector oracional correlativo alternativo. O valor de alternância desempenhado por esse par é de exclusão, tendo em vista que a ocorrência de um fato elimina a possibilidade de o outro também ocorrer. Nesse caso, manifesta-se o princípio da divergência, já que se inibem marcas da categoria plena (verbo) para a forma *quer*, que passa a assumir características da categoria secundária (conector), assinalando o deslocamento de uma categoria menos gramatical para outra mais gramatical. Ao indicarmos que algumas características deixam de se manifestar – embora nesse caso específico isso não ocorra – estamos nos referindo à invariabilidade que dispensa adequação de desinências flexionais, uma vez que, em tais situações, se neutralizam possíveis concordâncias de pessoa e de número.

Vale destacar que, a despeito da mudança que leva o item a operar como conector, a forma plena original continua disponível na língua e exerce toda a funcionalidade que lhe é inerente em diversos contextos de uso. Isso quer dizer que o sentido e as flexões da forma *querer* como verbo pleno não desapareceram e convivem com o uso que tem a forma conectora

invariável. Assim, está caracterizada a *divergência* funcional entre as formas primitiva e derivada. Evidentemente, esse par já é consolidado nos usos da língua como um competente item correlativo ao qual os falantes recorrem para indicar noção de alternativa. O que pretendemos aqui é demonstrar como o princípio da divergência atua e como a presença recorrente desse conector em contextos de alternatividade ilustra a ativação do referido princípio.

Já o *princípio da persistência* diz respeito à conservação de traços característicos da forma-fonte no comportamento da forma-derivada, o que faz com que ocorra a preservação de partes do seu valor semântico e ou de seu papel sintático e discursivo, mesmo que atue em novas funções e em novos contextos. No caso dos pares correlativos de base verbal, alguns deles preservam características de sua origem, as quais influenciam seu valor, como se pode depreender no exemplo do par *seja... seja*. Vejamos:

(6) [...] a maioria são senhoras ... senhoras que ... é ... já com uma profissão definida ...
seja ... dona de casa ... é ... *seja* profissionais autônomas como ... dentistas ... é ...
advogadas ... mas a maioria são mulheres ... porque o preconceito nessa área é muito
forte ... (D&G – língua falada).

A ocorrência (6) é ilustrativa do princípio de *persistência*. O par *seja... seja* estabelece uma relação de alternância, tendo em vista que o falante formula uma ideia de revezamento entre os fatos, de modo que uma situação exclua a outra. No processo de gramaticalização desse par correlativo, a despeito da passagem de uma função lexical para uma mais gramatical, alguns traços de seu sentido original tendem a persistir. Percebemos a manutenção de sua funcionalidade estrutural, uma vez que é comum anotar usos dessas formas que estabelecem concordância verbal com eventuais sujeitos sintáticos, mesmo constituindo casos de conexão correlata alternativa, o que poderia ter acontecido no recorte (*sejam profissionais como dentistas*), embora não tenha sido essa a opção do informante. Portanto, são pares conectores que podem realizar concordância número-pessoal.

Se comparada ao *quer... quer* da ocorrência (5), essa especificidade do *seja... seja* é destoante, o que pode sinalizar que este item não tenha ainda completado seu processo de gramaticalização nessa função conectora correlativa. Enquanto isso, não se tem conhecimento de que o *quer... quer* registre forma flexionada quando atua nessa função, o que dá prova do estágio mais avançado de seu processo de gramaticalização na função relacional.

Vejamos a ocorrência, no *corpus*, de um outro conector correlativo:

(7) [...] ela é uma secretária comum ... e tem o seu patrão ... é empresário que tem um plano de ... construir a ... usina nuclear ... *não* para gerar energia ... e *sim* sugar da cidade ... ela ... esquece alguns papéis no escritório e volta ... (D&G – Língua falada).

Em (7), parece estar ocorrendo uma mudança assinalada pela ausência do *só* (*não só*), ou seja, o conector continua o processo de gramaticalização pela perda de estrutura em relação à formação original. O par correlativo *não* \emptyset ... e *sim*, nesse excerto, une dois segmentos: na prótase, *para gerar energia*, e na apódose, *sugar a cidade*, estabelecendo uma relação de adição conectada pelo referido par, que marca, também, a condição de interdependência dos conteúdos linguisticamente codificados. Talvez possamos considerar esse uso como uma variante de *não só ... mas também*; assim, teríamos uma forma menos marcada estruturalmente e carregada de valor argumentativo reforçado na antítese entre os polos negativo e afirmativo da expressão: *não... e sim*.

Em nossos dados de língua oral, foram encontradas 2 ocorrências do par correlativo *não... e sim*. Rosário (2012) chama a atenção para os processos de subjetivização e intersubjetivização que explicariam o surgimento desse tipo de estrutura, a qual está a serviço de uma maior expressividade para o discurso.

Para indicar a possibilidade de tendência desse tipo de economia, como o do *não* \emptyset , temos, no *corpus*, ocorrência com *não só... mas*, na qual se dá o apagamento do *também* (*não só... mas também*), neste caso, no segundo segmento:

(8) [...] é ... eu gosto de várias coisas ... né ... que são muito interessantes ... mas ... uma coisa que eu ... aprendi a fazer desde pequeno e gosto muito é nadar ... eu comecei a nadar basicamente porque eu tinha um problema de saúde ... né ... alérgico e a médica recomendou que eu nadasse ... isso desde os seis anos de idade ... né ... até os doze eu nadava por nadar ... mais por causa do problema ... quando eu fui chamado para participar da equipe do América e comecei a ... a entrar no clima ... realmente ... de competição ... né ... num clima de equipe ... né ... passei a encarar o negócio *não só* um ... um ... hobby ... *mas* um esporte realmente que eu tinha que me dedicar ... né ... e eu acho superinteressante a natação ... né ... (D&G – Língua falada).

Na ocorrência (8), o informante revela como a natação deixou de ser um *hobby* e passou a ser um esporte sério. Notamos que o valor de correlação aditiva ocorre por meio dos pares *não só... mas*. Na prótase, ocorre uma negação marcada por *não só um hobby*, e na apódose emerge a ideia de inclusão marcada por *mas* \emptyset *um esporte realmente que eu tinha que me dedicar*. Rosário (2012), que também encontra ocorrência desse par nos dados por ele examinados, explica que *não só... mas* apresenta uma forte característica argumentativa.

Em usos como esses, evidencia-se a condição de interdependência que caracteriza a correlação, visto que *não só... mas* não pode ser interpretado como uma estrutura simples, nem

permite a interpretação de uma das formas isoladamente. Módolo (2008) já atesta essa condição ao apontar a natureza complexa de tais estruturas.

Como vimos, *o princípio da estratificação* ocorre quando novos itens coexistem com outros já consolidados e exercem função idêntica no interior de uma mesma categoria. No nosso caso, podemos apontar, a título de exemplificação, a manifestação desse princípio, além dos itens já mencionados, no par *desde... até* com valor aditivo:

(9) [...] ao redor da casa ... é encimentado ... mas o quintal todo não é encimentado ... algumas partes é ... como por exemplo ... *desde* o portão *até* a garagem é encimentado ... na garagem ... é grande dá pra dois carros ... tem (D&G - língua falada).

Para cogitarmos o caráter de inovação característico de um item numa determinada função, consultamos gramáticas e livros didáticos, conferindo se suas listas de exemplos para tais conectores contemplam esses itens. Além disso, não há como fugir à própria intuição de usuários da língua que, ao serem surpreendidos por usos supostamente inéditos, à primeira vista/audição, podem acusar, no processamento da informação, algum estranhamento. Observando esse par correlativo, o *desde... até*, constatamos que ocorre uma preocupação em marcar dois limites espaciais: inicial (o portão) e final (a garagem). Assim, a relação desencadeada consiste numa adição de informações, materializada entre os dois fragmentos que representam duas partes da casa cimentada.

Desse modo, no uso do par *desde... até* amplia-se a *estratificação* da classe, uma vez que se trata de uma nova forma entre os conectores correlativos aditivos. Considerando essa inclusão, aceitaríamos que o par *desde... até* coexiste com formas mais antigas que representam o referido grupo de conectores. A lista de itens aditivos formulada por Luft (2000) cita os pares *não só... mas também, não somente... como também*, entre outros. Já Rodrigues (2007) elenca os pares *não só... como, não apenas... como, tanto... como, não apenas... mas também, tão... como*.

Chama-nos a atenção que o par *desde... até* seja formado por duas preposições. Como vimos, o par aparece nos dados do *corpus* como conector que adiciona informações, estabelecendo relação aditiva, marcada pela interdependência entre os dois blocos de informação, característica que temos destacado como típica da correlação.

Remetemos a atenção para a defesa que Tavares (2012) faz de que o princípio da estratificação está relacionado com a renovação da gramática, pois possibilita a composição de novas estruturas, no nosso caso, a formação do par *desde... até*, que se apresenta, no contexto em tela, como conector que atende aos propósitos comunicativos do informante. De fato, parece

ocorrer a gramaticalização de formas que passam de uma classe para funcionar, também, em outra, gerando novos itens no domínio dos conectores correlativos, sem que os itens que já existiam nessa classe sejam excluídos, pelo menos, não imediatamente.

Em suma, nesta seção, pudemos atestar as peculiaridades semântico-sintáticas de alguns pares de conectores correlativos, conforme a verificação de seu estágio de gramaticalização, a partir dos princípios formulados por Hopper (1991): estratificação, divergência e persistência.

Conforme já afirmamos, um dos propósitos deste trabalho é ressaltar algumas evidências de que a classe dos conectores correlativos está aberta à inovação já que combinações são produzidas pelos falantes nos diversos contextos interacionais. Concluindo, alçamos uma amostra de outro par correlativo, cuja existência não parece contemplada nos manuais de gramática e em materiais didáticos afins, mas que na emergência dos usos revela força argumentativa e busca por expressividade, ou até mesmo, habilidade do falante para resolver demandas comunicativas com o que se lhe apresenta mais fácil de codificar e, provavelmente, de processar.

Vejamos:

(10) [...] eu acho isso meio perigoso porque as crianças elas ... não entendem ainda bem *seja* ... ser um homem bom *ou* um homem mau e ... copiam esses modelos equivocadamente ... se enchem de armas a ... na defesa é ... às vezes até copiando modelos de ... personagens más ... de vilo/ vilões né? (IM30/D&G/:69 – língua falada)

Em *seja... ou* talvez se revele uma inusitada combinação, fruto da substituição de termo replicado, já cristalizado na estruturação dos conectores correlativos (*seja... seja*).

Da observação dos dados em análise, atestamos a produtividade da gramaticalização no domínio dos pares correlativos. As formas não listadas nas gramáticas e identificadas no *corpus* têm origem, predominantemente, em verbos, advérbios e preposições, que migram para assumirem função de conector, a qual, em todos os casos observados, é uma função mais gramatical que aquelas que abrigam as formas-fonte originárias.

Considerações finais

Sabemos que os usos linguísticos não ocorrem aleatoriamente, uma vez que as escolhas feitas pelos usuários da língua transitam entre o que já está estabilizado e a necessidade da inovação perante o contexto comunicativo. Neste trabalho, ao analisarmos usos de itens correlativos, defendemos que os pares aqui destacados como inovações são exemplos de variação/mudança conforme o grau de rotinização na comunidade de fala.

Da observação dos dados em tela, constatamos que a gramaticalização é produtiva no domínio da correlação. Tanto as formas já cristalizadas quanto as inovadoras identificadas apontam a migração de itens a partir de classes menos gramaticais para exercerem a função conectora, que é, em relação à função original, mais gramatical.

Podemos constatar a utilização de formas antigas para o exercício de novas funções, com destaque para novos arranjos e a combinação inusitada de pares tanto quanto a alteração de pares já consolidados que não estão imunes aos processos de variação e mudança.

Confirmamos, ademais, que a constituição dos enunciados correlatos se configura como um processo de combinação de orações, como também, de estruturas não-oracionais, que, *stricto sensu*, não se enquadram nem nas tradicionais concepções de coordenação nem nas de subordinação, especialmente, por revelarem uma relação de interdependência na articulação das orações ou fragmentos interpostos.

Referências

- AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3 ed. São Paulo: Publifolha, 2014.
- BECHARA. Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro, Padrão, 1988.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. 12. ed., Rio de Janeiro, FAE, 1990.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2001.
- DU BOIS, John W. Competing motivations. In: HAIMAN, John. *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p.342-365.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angelica (Org). *Corpus discurso & gramática - a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.
- GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: A conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, Paul. *Emergent grammar*. Berkley Linguistics Society, 1987.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, Elizabeth; HEINE, Bernd. (Orgs.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p.17-35.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 3. ed., São Paulo, Ática, 2002.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. São Paulo: Globo, 2000.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Mudança linguística: Uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

MELO. Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

MÓDOLO, Marcelo. As construções correlatas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2008. p. 1089-1102.

MÓDOLO, Marcelo. Gramaticalização e semanticização das conjunções correlativas “sem cabeça”: o caso do que consecutivo. In: LOBO, Tânia.; CARNEIRO, Zenaide.; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ariadne.; RIBEIRO, Silvana. (Orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, p. 441-452, 2012. Disponível em <https://static.scielo.org/scielobooks/67y3k/pdf/lobo-9788523212308.pdf> Acesso em: 15 mar. 2022.

MÓDOLO, Marcelo. *Correlacionando orações na língua portuguesa*. 2005. Disponível em: <https://issuu.com/museulp/docs/correlacionando_oracoes_na_lingua>. Acesso em: 14 de janeiro de 2018.

ROCHA LIMA. Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 36. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1998.

RODRIGUES. Violeta Virgínia. Correlação. In: VIEIRA, Silva Rodrigues; BRANDÃO, Silva Figueiredo. (Orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 225-235.

ROSÁRIO, Ivo Costa. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2012.

ROSÁRIO, Ivo Costa; OLIVEIRA, Mariangela Rios *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2014.

ROSÁRIO, Ivo Costa; RODRIGUES, Violeta Virgínia. Correlação na perspectiva funcionalista. In: RODRIGUES, Violeta Virgínia. *Articulação de orações: pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. p. 39-58.

TAVARES, Maria Alice. Gramática emergente e o recorte de uma construção gramatical. In: SOUZA, Edson Rosa. *Análise e descrição*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 33-51.